



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS  
CURSO DE PEDAGOGIA

**MAIANE FERNANDES DA SILVA**

**ANÁLISE DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO ESPAÇO NÃO  
ESCOLAR: Um estudo de caso na Casa de Acolhimento “Ana Carolina  
Tenório” Araguaína - TO**

Tocantinópolis – TO

2019

**MAIANE FERNANDES DA SILVA**

**ANÁLISE DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO ESPAÇO NÃO  
ESCOLAR: Um estudo de caso na Casa de Acolhimento “Ana Carolina  
Tenório” Araguaína - TO**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus de Tocantinópolis para obtenção de título de licenciatura em Pedagogia. E aprovada em sua forma final pelo orientador professor Ms. Romário Milhomem da Cruz e pela Banca Examinadora.

Tocantinópolis – TO

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S586a Silva, Mayane Fernandes da .  
ANÁLISE DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO ESPAÇO NÃO  
ESCOLAR : Um estudo de caso na Casa de Acolhimento "Ana  
Carolina Tenório" Araguaina - TO . / Mayane Fernandes da Silva. –  
Tocantinópolis, TO, 2019.  
52 f.  
  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2019.  
Orientador: Romário Milhomem da Cruz  
  
1. Educação . 2. Pedagógico . 3. Acolhimento . 4. Órfãos . I.  
Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**


MAIANE FERNANDES DA SILVA

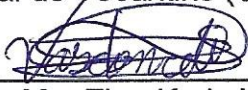
**ANÁLISE DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO ESPAÇO NÃO  
ESCOLAR: Um estudo de caso na Casa de Acolhimento “Ana Carolina  
Tenório”. Araguaína - TO**

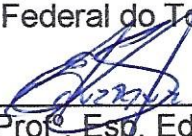
Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus de Tocantinópolis para obtenção de título de licenciatura em Pedagogia. E aprovada em sua forma final pelo orientador Profº Me. Romário Milhomem da Cruz e pela Banca Examinadora.

Data da aprovação: 01/07/2019

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Profº. Msc. – Orientador Romário Milhomem da Cruz  
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

  
\_\_\_\_\_  
Examinadora: Profº. Ma. Zian Karla Vasconcelos Barros  
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

  
\_\_\_\_\_  
Examinador: Profº. Esp. Edvan da Silva Oliveira  
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Tocantinópolis – TO

2019

## **DEDICATÓRIA**

À Raphael Christian pela paciência, compreensão e ternura que teve nos momentos mais difíceis e conturbados.

## **Agradecimentos**

Primeiramente à Deus pelo dom da vida, pela força e coragem que nunca me deixou faltar.

Aos meus pais e ao meu noivo, Raphael Christian, pelo apoio, força e incentivo para concluir esta jornada.

Em especial ao Prof<sup>o</sup>. Ms. Romário Milhomem da Cruz a quem tenho grande admiração e respeito, por aceitar ser meu orientador, que acreditou e trilhou esse caminho, incentivando-me a não desistir.

À banca examinadora que se dispôs a avaliar e apresentar contribuições com esta pesquisa monográfica.

Aos amigos e colegas que fiz nessa trajetória, que sempre estiveram ao meu lado, me dando força e apoio para concluir essa etapa da minha vida.

Muito Obrigada...

## RESUMO

O presente trabalho realizado no primeiro semestre de 2019, ocorrera em dois momentos, tendo como metodologia a pesquisa documental bibliográfica, na qual fora embasada em autores como Santos (2007) e Marconi (2002), Junior (2017, Monteiro (2010) Oriente (2005), Pooli (2017) além de documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9.394/96 e o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069/9. Na segunda etapa foi realizada uma pesquisa de campo realizada na Casa de Acolhimento Ana Carolina Tenório localizada no município de Araguaína-TO. Essa pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as ações pedagógicas desenvolvidas pelo objeto de estudo e o papel do pedagogo em espaços não escolares. Além disso buscou-se observar o dia-a-dia da casa, as relações entre os internos e profissionais que ali trabalham. Ressalta-se que algumas situações, por motivos legais, não foram permitidas a descrição nesse trabalho. Porém, tal investigação traz uma experiência enriquecedora. Espera-se que este trabalho possa contribuir para mais pessoas conheçam a realidade das casas de acolhimento no Brasil, muitas vezes negligenciado nos cursos de graduação, e pela administração pública.

**Palavras chave:** Educação pedagógico, Acolhimento e Órfãos.

## SUMMARY

The present work carried out in the first semester of 2019, occurred in two moments, having as methodology the bibliographical documentary research, in which it was based on authors such as Santos (2007) and Marconi (2002), Junior (2017, Monteiro (2010) Oriente (2005), Pooli (2017), as well as documents such as the Law on Education Guidelines and Bases Law No. 9,394 / 96 and the Statute of the Child and Adolescent Law 8,069 / 9. In the second stage, a field research was conducted at the Casa de Ana Carolina Tenorio, located in the municipality of Araguaina-TO, This research aimed to identify and analyze the pedagogical actions developed by the object of study and the role of the pedagogue in non-school spaces. the relationship between the interns and professionals who work there. It is noteworthy that some situations, for legal reasons, were not allowed to describe in this work. enriching experience. It is hoped that this work can contribute to more people getting to know the reality of nursing homes in Brazil, often overlooked in undergraduate courses, and by public administration.

**Keywords:** Pedagogical education, Reception and Orphans.



## **LISTA DE SIGLAS**

**ECA-** Estatuto da criança e do adolescente

**LDB** – Lei de diretrizes e bases da educação

**FGV** – Fundação Getúlio Vargas

**CF** – Constituição Federal

**CNE** – Conselho Nacional de Educação

## LISTA DE FOTOS

Foto 01- Portão da entrada.....	33
Foto 02- Jardim principal.....	35
Foto 03- Área de lazer .....	35
Foto 04- Dormitório infantil.....	36
Foto 05- Homenageada em placa.....	38
Foto 06- Placa de homenagem .....	39

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1- Sobre A Obrigatoriedade da Educação.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2- O Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca).....</b>	<b>17</b>
<b>1.3- O Eca e a Educação.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO II - AS CASAS DE ACOLHIMENTO NO BRASIL .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1- Aspectos Históricos e Legais.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2- O Pedagogo e o Espaço Não Escolar.....</b>	<b>30</b>
<b>3- CAPITULO III - A PESQUISA.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1- Características da Instituição .....</b>	<b>33</b>
<b>3.2- A Pesquisa com a Educadora da Casa .....</b>	<b>37</b>
<b>3.3- O Trabalho Pedagógico na Visão dos Internos.....</b>	<b>42</b>
<b>3.4- Análise da Pesquisa.....</b>	<b>45</b>
<b>5.0-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>51</b>

## 1- Introdução

Nos dias atuais a discussão que envolve os menores abandonados, embora figure esporadicamente nas manchetes de jornais, tem se tornado um grande desafio para a sociedade. Entende-se que muitos são os motivos que forçam uma pessoa a chegar nessas condições de vulnerabilidade social, diante do problema que cresce de maneira consideravelmente rápida, identifica-se a necessidade de buscar saídas, nas quais forneça garantias dos direitos básicos, dentre eles a “educação”.

A educação acontece em todos os momentos da vida, e é através dela que se aprende a conviver em sociedade, respeitando as regras do convívio. Diversas as formas de educar e incontáveis são as práticas que instrumentalizam e enriquecem esse processo. Assim como, diversos são também os espaços onde o processo educativo pode ocorrer. Nesse sentido (Alheit, Dausien, 2006, p. 177) diz “que nós aprendemos durante toda a nossa vida, é evidente. Desde nossos primeiros passos e de nossas primeiras palavras até a nossa idade mais avançada, fazemos experiências novas, adquirimos novos saberes e novas competências”.

No decorrer desta Pesquisa Monográfica, que visa prioritariamente fazer uma análise do trabalho pedagógico no espaço não escolar, a partir do estudo de caso da Casa de Apoio “Ana Carolina Tenório”, foram abordados termos como direito educação, sob o aspecto da Constituição e do ECA, histórico das casas de apoio bem como o trabalho pedagógico realizado pelo pedagogo nessas casas. Pretende-se antes de tudo, observar as práticas pedagógicas de acompanhamento educacional na referida instituição, analisar a importância do profissional de educação nesse meio.

Quanto à sua organização metodológica, este Trabalho foi organizado em três capítulos assim distribuídos: no primeiro encontram-se as informações como introdução, organização e metodologia, problema, bases legais a obrigatoriedade da educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069/90, e suas relações com a educação, neste foram utilizados autores como Santos (2007), Marconi (2002), Gonjadin e Fraser (2004) e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente; no segundo capítulo constam informações bibliográficas e documentais sobre o

trabalho pedagógico, o espaço não escolar pesquisado como histórico de surgimento, no mundo, no país e na região, constam ainda as bases legais de funcionamento e as características da unidade pesquisada. Este capítulo foi referenciado por autores como Libâneo (1999) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (2006) e no terceiro capítulo estão as informações obtidas através da pesquisa de campo, bem como as análises e discussões sobre as mesmas.

O problema a ser estudado nessa Pesquisa Monográfica é: como se desenvolve o trabalho pedagógico dentro da Casa de Apoio “Ana Carolina Tenório”? quais os desafios enfrentados pelos responsáveis pela educação na casa?

A organização metodológica segue o padrão aceito pela academia, foi desenvolvida buscando informações em artigos, livros e sites com informações específicas. As informações sobre o tema, por exemplo, foram coletadas primeiramente por meio de pesquisa bibliográfica. Este tipo de pesquisa é pensamento de Santos (2007, p. 31) que a descreve como:

São fontes bibliográficas os livros (de leitura corrente ou de referencia, tais como dicionários, enciclopédias, anuários etc...), as publicações periódicas (jornais, revistas, panfletos etc.), fitas gravadas de áudio e vídeo, *websites*, relatórios de simpósios/seminários, anais de congressos etc. A utilização total ou parcial de quaisquer dessas fontes caracteriza a pesquisa como pesquisa bibliográfica.

Nas visitas à instituição para a coleta de dados, foi utilizado como base orientadora a metodologia a partir do conceito elaborado por Marconi (2002, p. 88)

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

O principal recurso utilizado para obtenção das informações foi a entrevista, apontada por Fraser e Gondin (2004, p.143) quando afirmam que “em relação à sua estruturação, por sua vez, as entrevistas podem ser estruturadas, semi-estruturadas ou não estruturadas” dentro dessas opções trabalhou-se com a entrevista estruturada, assim como descrita por Gondin e Fraser (2004, p. 144)

As entrevistas estruturadas, em grande parte, se fundamentam na existência de um conhecimento exterior que pode ser apreendido pelo pesquisador, desde que todos os procedimentos metodológicos

recomendados tenham sido seguidos. Elas podem apoiar-se em um questionário, com perguntas e respostas de múltipla escolha, ou em um roteiro fixo contendo perguntas objetivas que permitam respostas abertas a serem posteriormente submetidas a técnicas de análise de conteúdo, com ênfase quantitativa.

Uma vez definidos o tema e o problema a serem estudados, estabelecidos os caminhos metodológicos parte-se agora para a discussão teórica sobre a obrigatoriedade da educação pública ofertada a este segmento selecionado.

Como dito, a monografia foi elaborada tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica, e técnica de coleta de informação a observação e entrevista estruturada.

## 1.1 Sobre a Obrigatoriedade da Educação

No tangente a educação, em âmbito geral, encontra-se a Constituição Federal (CF) de 1988 que apresenta a educação como direito básico a todos os cidadãos na qual cabe ao Estado o dever de fomentá-la garanti-la. E em uma transcrição literal, o seu Art. 205 diz que.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Já o artigo 206, em sua alínea I, afirma que a educação tem como um dos princípios “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. (BRASIL, 1988)

Ora, sabe-se que o Brasil é um país com profundas desigualdades sociais, dessa forma nem todos têm as mesmas condições de acesso às garantias constitucionais. Sobre tal assunto, a Fundação Getúlio Vargas – Social (FGV Social), disponível em <https://portal.fgv.br/noticias/pobreza-e-desigualdade-aumentaram-ultimos-4-anos-brasil-revela-estudo>, apresentou uma matéria em que mostra dados importantes sobre o crescimento da pobreza no Brasil no ano de 2018. Conforme o site:

O estudo indica aumento da pobreza e da desigualdade até o segundo trimestre de 2018. Segundo o estudo, hoje, há 23,3 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, com rendimentos abaixo de R\$ 232 por mês; cerca de 11,2% da população. A miséria subiu 33% nos últimos quatro anos. São 6,3 milhões de novos pobres — mais do que a população do Paraguai – adicionada ao estoque de pobreza.

A matéria é clara e direta e chama a atenção para o aumento rápido e crescente das desigualdades no Brasil, o que demanda projetos de combate a essas desigualdades, vontade e interesse político para implantá-los

Não obstante a condição de pobreza que milhares de famílias estão submetidas, ainda há situações extraordinárias em que crianças são separadas dos familiares, essas situações ocorrem por diversos motivos, dentre eles destacam-se: violência doméstica, mortes dos pais, decisões judiciais dentre outros. Essas

situações expõem uma grave ferida social, remetendo aos questionamentos. Quem deve garantir os direitos fundamentais a esses sujeitos e como tais garantias devem chegar até esses expropriados do convívio familiar?

O dever do Estado no que diz respeito à oferta da educação (básica) pública também é encontrado no Título III “Do Direito a Educação e do Dever de Educar” da Lei 9.394/96 (LDB), que em seu artigo 4º alíneas I, II, preconizam que:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

Entende-se que cabe à União, aos Estados e Municípios garantirem o acesso e permanência nos sistemas educacionais de todos, inclusive e principalmente dos desafortunados que por razões distintas encontram-se em situação que requer tutela destes entes federativos. Além desse acesso, devem, aqueles que se encontram distante do convívio familiar, receber também do poder público as garantias à segurança, alimentação, cidadania e os demais direitos para que tenham vida digna.

O artigo 32 da Lei 9.394/96, ao se reportar aos objetivos do ensino fundamental estabelece que:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Destaca-se que em uma realidade onde os filhos gozam do convívio familiar a alínea IV pode sim atingir seus objetivos, não se afirma aqui que o faz, desta forma, cabe alguns questionamentos, por exemplo, como fortalecer o vínculo afetivo familiar em uma criança desprovida de família? Como trabalhar esse tema com essas crianças? Mais adiante nesta pesquisa, aborda-se o trabalho pedagógico realizado



pelo educadores da casa no sentido de minimizar as sequelas dessa ruptura familiar.

Uma vez apresentados a temática a ser abordada nessa pesquisa, organização metodológica, e, ainda que de forma superficial, as bases legais para a oferta da educação, cabe uma reflexão para a continuidade desses relatos. Os sistemas de educação, no geral, partem de contextos em que todos os alunos estão em condições mínimas de aprendizagem, em um ambiente que tem a base de uma família que auxilia no ensino fazendo acompanhamento necessário para o desenvolvimento dos alunos, mas como esse processo ocorre na vida daqueles que as famílias não acompanham? E ainda, aqueles na qual sequer tem família para fazer esse acompanhamento? Espera-se que a discussão presente nos capítulos seguintes possam lançar luz a essas perguntas, principalmente para o segundo questionamento apresentado.

## **1.2- O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**

Por estar tratando especificamente de tema relacionado à criança e adolescente, essa pesquisa monográfica aborda nesta seção, questões relacionadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente. A Lei 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA) foi sancionada em 13 de julho de 1990, pelo então presidente da República, Fernando Collor de Melo, tem como princípio básico zelar pelo bem-estar de todas as crianças e adolescentes. De acordo com a mesma são consideradas crianças aquelas de 0 a 12 anos de idade incompletos e adolescentes aqueles entre 12 a 18 anos de idade. O ECA, como é conhecido popularmente, é fruto de intensos debates e de grandes mobilizações em defesa das crianças e adolescentes, também reconhecido no mundo por defender os direitos dos mesmos. O contexto de elaboração e promulgação dessa lei era de extrema necessidade, o anseio social por uma política pública que atuasse em defesa das crianças e adolescentes, principalmente daquelas menos favorecidas, pulsava em diversos segmentos, dessa forma tal lei vem como um instrumento capaz de permitir oportunidades às crianças e adolescentes de acesso aos seus direitos essenciais.

O ECA é composto por 267 artigos, sendo que, os mesmos visam garantir os direitos e deveres de cidadania às crianças e adolescentes, determinando ainda a

responsabilidade dessa garantia dos respectivos setores observados na lei, ou seja, à família, o Estado e a comunidade. No decorrer do seu texto, a Lei 8.069/90 (ECA) discorre sobre as políticas referentes à saúde, educação, adoção, tutela e questões relacionadas a crianças e adolescentes autoras de atos infracionais.

Entende-se com isso que o ECA estabelece direitos fundamentais como a vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária para meninos e meninas, e, também, aborda questões de políticas de atendimento, medidas protetivas ou medidas sócio educativas, entre outras providências, sendo que este tem como referencia os direitos que são diretamente assegurados pela Constituição Federal de 1988.

O ECA, no seu Art. 3º trata objetivamente dos direitos fundamentais e elucida que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.(BRASIL. LEI 8.069/90, 1990)

Nesse sentido, como bem explica a Lei 8.069/90, (eca) tanto a criança como o adolescente tem seus direitos garantidos por Lei e os mesmos devem ser respeitados. Com seus direitos garantidos, a lei visa oportunizar uma vida social digna. É importante ressaltar que tais direitos se aplicam para todos sem distinção de raça, sexo, idade, etnia, cor, religião, crença e condição psico fisiológica. deficiência. No entanto, pode-se verificar casos no qual direitos e garantias não são devidamente cumpridos, muitas vezes chegando a impossibilitar que as crianças e adolescentes gozem de uma vida com dignidade.e com qualidade.

Ainda sobre os princípios da dignidade da pessoa humana previstos no ECA, Nascimento (2010, p. 03) afirma:

Com a introdução do Estatuto da Criança e do Adolescente em nosso ordenamento jurídico, as crianças e adolescentes deixaram de ser tratadas como simples objetos, e passaram a gozar de proteção integral, em respeito ao princípio constitucional mais relevante do nosso sistema jurídico, que é o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, elencada como um dos fundamentos do nosso país, servindo então como instrumento de exigibilidade de direitos.

Portanto, percebe-se o quanto fundamental foi a criação de uma lei voltada para as necessidades das crianças e dos adolescentes, pois dessa forma puderam ser contempladas as particularidades desse público, algo que até então, não era amparada de tal forma pela legislação nacional.

Em uma perspectiva jurídica, encontra-se em Junior (2017, p. 7) que:

O ECA surge nesse movimento de consolidação da Constituição Federal, rompendo com a lógica do antigo Código de Menores. Os avanços de seu texto merecem reconhecimento, porém, apesar de ser chamada de “lei moderna”, a lógica de controle e dominação do Código de Menores perpetua-se. Muda-se o discurso, mudam-se os procedimentos, mas muito ainda há que se percorrer para superar as razões da tutela na intervenção da esfera pública nas demandas por direitos da juventude.

Este mesmo autor destaca que há várias situações em que o poder público institui a tutela sobre crianças e adolescentes, há aquelas em que o menor comete ato infracional, devido o mesmo já encontrar em idade de cumprir medidas sócio educativas, tem um tratamento específico, mas, há também casos nos quais ocorrem situações de abandono, e/ou ainda aquelas em que por maus tratos, e outras situações de vulnerabilidade, os menores são destinados a lares temporários. O autor deixa claro também que a mera promulgação do ECA não se tornou o bastante para de fato implementar a garantia dos direitos fundamentais.

Mediante a essa problemática, é importante refletir acerca da efetivação/efetividade do ECA, pois não basta apenas tê-la em papel, faz-se necessário que a mesma seja realmente cumprida, para que assim as crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados e garantidos como está prescrito em lei. Ressalta-se que, esta é a primeira legislação criada em defesa da infância e

juventude, sendo colocada em prática para a efetivação dos direitos pertencentes às crianças e adolescentes.

O ECA é um avanço na defesa dos direitos da criança e do adolescente, mas torná-lo válido requer desafios que esbarram-se nas dificuldades de se mobilizar os gestores públicos, e, promover a atuação conjunta entre os entes federativos, como por exemplo ações e políticas públicas fazerem com que favoreça um cenário no qual as casas de acolhimento possam se caracterizar como um lar de fato para seus beneficiários, dando-lhes, na medida do possível, as mesmas condições de aprendizagem que uma criança em seu seio familiar possui.

Após essa apresentação sobre o que o ECA e uma breve introdução a respeito das garantias fundamentais para uma vida digna, observar-se-á no item adiante o que o mesmo estabelece para a educação de crianças e adolescentes.

### **1.3- O Eca e a Educação**

A educação, etapa fundamental, que em seu fim busca tornar o indivíduo um cidadão crítico e sociável é direito garantido na legislação e deve ser considerado como prioridade, nesse sentido também o ECA em seu artigo 4º estabelece que

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.(BRASIL, ECA, 1990, ART. 4º)

Fica claro que cabem as instituições citadas o dever de propiciar os direitos fundamentais da vida, mas como argumentado anteriormente nesta monografia nem sempre prestas a assistência devida abrindo lacunas no tratamento dado às crianças adolescentes e jovens.

O artigo 18-A do ECA, toca em um dos pontos mais sensíveis, o de garantir a educação sem que haja castigos físicos por parte da família e do Estado seja na implementação ou manutenção o artigo acima citado afirma que:

A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socio educativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.(BRASIL, ECA, 1990, ART.18 A)

Nesse aspecto específico, a lei visa garantir uma educação sem que hajam castigos físicos. Entende-se dessa forma que o ambiente educativo deve ser acolhedor e propiciar o desenvolvimento acadêmico das crianças sem cobranças exacerbadas ou qualquer outro tipo de punição física.

O artigo 18-B (BRASILS, ECA, 1990, ART. 18 B) acrescenta que:

Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas sócio educativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:

- I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;
- V - advertência.

Em caso de desconhecimento, ou mesmo justificativas culturais de pais e responsáveis que insistirem em castigos físicos como forma de punição o artigo acima citado estabelecem as medidas e punições.

O parágrafo único do artigo 18-B estabelece que “as medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais”(BRASIL, ECA, 1990, ART. 18-B). A operacionalização deste artigo ocorre, geralmente, a partir da eleição de membros da comunidade para atuarem como conselheiros tutelares, estes ao identificarem e confirmarem descumprimento da lei tem o poder de impor sanções aos pais e/ou responsáveis.

Em seu artigo 22 o ECA prevê que “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais”. E o parágrafo único deste artigo assegura que:

A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei.(BRASIL, ECA, 1990, ART. 22)

Os pais são mutuamente responsáveis por cumprir e fazer cumprir o estabelecido nesta lei, devendo esses assegurar aos filhos o tratamento estabelecido nessa lei.

O ECA com educação, o artigo 53 estabelece que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, ECA, 1990. ART. 53)

Fica evidente que a questão da educação no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 53º relata que tal direito deve ser atendido, para que o desenvolvimento do beneficiário seja pleno, ressalta também, que deve ser garantida a permanência destes nas escolas, sendo os mesmos respeitados por seus educadores, possuindo o direito educacional como o de contestar nas avaliações, de participação em entidades estudantis e o acesso a escola pública mais próximas de suas residências.

Dando continuidade à discussão o mesmo documento (BRASIL, ECA, 1990, ART. 54) fixa que:

É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016);
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Assim, nota-se que a educação está intimamente vinculada ao ECA, pois como foi elucidado anteriormente, são inúmeros os direitos que as crianças têm e estes devem ser respeitados, principalmente no que se refere a educação. Por ser este o meio no qual o indivíduo consegue construir sua identidade, e ter uma formação que o auxiliará em sua vida, e mediante isso, o ECA veio como a legislação norteadora para ações e noções que favoreça o cumprimento de direitos essenciais a garantia de uma qualidade de vida para crianças e adolescentes.

No entanto, é válido acrescentar que a educação mesmo garantida em lei, nem sempre é prioridade para a agenda de alguns agentes públicos. Apesar a função da educação não se modificou. A sala de aula não é apenas o ambiente no qual se aprende a ler, a contar, ou utilizar algumas habilidades e competências educacionais, mas acima de tudo, é o lugar onde a educação é implementada em toda a sua dimensão, inclusive a moral.

## 1- CAPÍTULO II AS CASAS DE ACOLHIMENTO NO BRASIL

As casas de acolhimento são instrumentos de políticas públicas para crianças e adolescentes, que são bastante utilizados no cumprimento dessa garantia legal, tal ação ocorre, por exemplo, quando o direito ao convívio familiar desses sujeitos é tolhido por qualquer circunstância, os menores são enviados a essas casas nas quais em muitos casos aguardam por resolução de processos judiciais ou adoção por uma nova família. No período em que se encontram tutelados pelo poder público devem também ter seus direitos e garantias constitucionais atendidas.

É comum que os menores sejam encaminhados a estas casas ainda nos primeiros anos de vida, embora se reconheça que há também um número relativamente elevado de crianças em idade mais avançadas sendo obrigadas a viver nessas condições.

Sobre o serviço de acolhimento no Brasil, Fonseca e Kelly (2016, p. 01) enfatizam:

A oferta de Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, no âmbito da política pública de Assistência Social do Brasil, tem sua formulação e definição respaldada nas medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Medidas que são aplicadas pela autoridade competente (Juiz, Promotor ou Conselheiro tutelar) a crianças e adolescentes que por algum motivo, tiverem seus direitos fundamentais violados ou ameaçados, sendo expostos a uma situação de risco pessoal ou social, na forma do disposto no art.98 deste Estatuto, sendo aplicadas quando houver ação ou omissão da sociedade ou do Estado, na falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta.

Observa-se que os autores chamam a atenção para a situação que os serviços de acolhimento estão previstos na legislação (ECA), e destaca que a mesma é aplicada por autoridades legalmente constituídas, e que as ações punitivas aos pais ou responsáveis que descumprirem a legislação.

### 2.1- Aspectos Históricos e Legais

Os aspectos históricos que permeiam as políticas para infância e adolescência no Brasil tiveram início ainda no período colonial, principalmente através da corte portuguesa e da igreja católica. No entanto, Marcilio (1997) *Apud* Vectori e Carvalho (2008, p. 442):



desde o período colonial, existe uma negligência do poder público ao acolhimento de crianças abandonadas, relata a falta de entidades especiais de proteção e acolhimento às crianças, as quais, muitas vezes, eram abandonadas e deixadas à mercê da própria sorte. Nesse período, o acolhimento se devia ou por questão de caridade ou por uma espécie de investimento futuro, em que a criança seria um empregado, sem grandes custos.

Vectori e Carvalho (2008, p. 442): ao se referirem no modelo de casa de acolhimento adotado no Brasil afirmam que:

Em 1726, foi trazido para o Brasil pelos portugueses, um modelo de assistência religiosa, de origem italiana, conhecido como “Roda dos expostos” ou “Roda dos enjeitados”, que serviu como modelo por 224 anos, que mesclava a caridade e a filantropia e foi uma das principais instituições que teve como intuito à proteção da infância abandonada no país, indo desde o período colonial, atravessando a época do Império e ainda conseguindo sustentação durante parte do período da República, sendo extinta apenas no século XX, em 1950.

Destaca-se o fator racial, uma vez que as crianças abandonadas nessa época, em sua maioria, eram filhas de brancos europeus com escravas ou indígenas, pois, havia uma prática comum que os senhores tivessem relações sexuais com as escravas ou índias. Nessa perspectiva Faleiros (2004, p. 3 *APUD* BERGER E GRACINO 2005, p.171) destaca:

A maioria dessas crianças enjeitadas ou expostas eram brancas ou pardas, filhos de brancos ou de brancos e negros. A primeira roda foi criada em 1726 na Bahia e última, em São Paulo, só foi extinta nos anos cinquenta [...]. Além das Santas Casas, misto de espaço público e privado, cabia as Câmaras Municipais cuidarem dos abandonados, podendo para isso criar impostos. Nos meados do século XIX, após a Independência do Brasil, a formulação de políticas para a infância se inscreve como uma questão da ordem pública.

Pela fala dos autores acima citados, observa-se que o abandono de crianças acontece há muito tempo, e, que este abandono foi decorrente principalmente da relação sexual que os senhores mantinham com as escravas, sendo que os filhos oriundos de tais relações eram em sua maioria, abandonados. Assim e diante dessa problemática foram surgindo as casas que acolhiam estes sujeitos na qual primeiramente foram denominadas de “Santas Casas”. Haja visto, este contexto histórico, data-se que a primeira roda foi criada em 1726 na Bahia e a última foi em São Paulo. Mediante tal fato, depois da Independência do Brasil novas políticas destinadas a infância e adolescência.

Berger e Gracino (2005, p. 172) afirmam que:

Em 1854 havia a intenção de recolher os meninos que vagavam pelas ruas, segundo um decreto imperial desse mesmo ano. Em 1871 foi criado o asilo de meninos desvalidos. As meninas desvalidas indigentes eram acolhidas na Santa Casa desde 1740. No final do século XIX havia trinta asilos de órfãos, sete escolas industriais e de artífices e quatro escolas agrícolas, vinculando-se a atenção à criança ao trabalho subalterno.

Com o passar dos anos o Brasil experimenta grandes mudanças no cenário político e social, em 1888 foi instituída a lei que estabelecia o fim a escravidão, no ano seguinte os militares capitaneados por Deodoro da Fonseca proclamariam a República, para os menores abandonados essas mudanças não representaram nenhum avanço, sobre isso Berger e Gracino afirmam:

Com a Proclamação da República, em 1889, precedida pela Abolição da Escravidão, em 1888, não houve mudança no enfoque oficial sobre os asilos. Em virtude do rompimento das relações entre igreja e estado os asilos expandiram, por iniciativa privada e com subsídio público. No contexto social e político da época a questão da ordem se aliou a questão da higiene (BERGER E GRACINO, 2005, p. 172).

O início do século XIX foi marcado por três mudanças significativas em relação aos menores abandonados, a primeira delas, afirma, Berger e Gracino (2005) foi no ano de 1903, a que criava a Escola Correccional XV de Novembro. Afirma ainda que “em 1923, foi autorizada a criação do Juizado de Menores. Em 1924 foram criados o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e o Abrigo de Menores”. (BERGER E GRACINO, 2005, p. 172)

No ano de 1927 surge o primeiro embrião do ECA, segundo as autoras (Op. cit, p. 172)

Toda a legislação é consolidada no primeiro Código de Menores, o qual cuidava, ao mesmo tempo, das questões de higiene da infância e da delinqüência e estabelecia a vigilância pública sobre a infância. O menores eram classificados em abandonados e delinqüentes.

As autoras evidenciam que a discussão para criação de políticas públicas relacionadas aos menores não são de agora, já há muito tempo se buscava uma legislação que pudesse atender esse público, observam ainda que houve um avanço no tratamento, antes os menores eram tratados como abandonados e delinqüentes, hoje são pessoas em vulnerabilidade social.

Após um hiato temporal, e já no ano de 1942, (Ibid, p. 172):

Getúlio Vargas consolidou-se uma política assistencialista e repressiva para a infância e adolescência. Foi criado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM, então ligado ao Ministério da Justiça, que era o equivalente ao Sistema Penitenciário para a população de menor de idade, com enfoque tipicamente correcional-repressivo.

Chama-se a atenção que as políticas públicas para esse público eram de cunho repressivo e correcional.

No governo militar, que teve início em 1964, foi instituída a Lei 4.513/64, que estabelece a:

Política Nacional de Bem Estar do Menor - PNBEM - com proposta claramente assistencialista, a ser executada pela Fundação Nacional de Bem Estar do Menor - FUNABEM com o objetivo de dar um caráter nacional à política de bem estar de crianças e adolescentes ( BERGER E GRACINO. p.172).

As autoras destacam o surgimento de uma política nacional voltada para atender especificamente esse público.

Com a redemocratização, ocorrida na década de 80, muitos temas ‘sensíveis’ vieram à tona entre eles a questão do menor abandonado ganhou destaque, e no ano de 1986 foi criada, segundo Berger e Gracino (2005, p. 172) “a Comissão Nacional Criança e Constituinte”.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, apelidada de “Constituição Cidadã” o debate sobre o tema é ampliado, até que em 13 de julho de 1990 foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069 publicada em 16 de julho de 1990, com vigência a partir de 12 de outubro de 1990. As mesmas autoras da citação anterior, afirmam que:

no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a área dos direitos humanos foi desmembrada do Ministério da Justiça, tendo sido criada a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), ligada à Presidência da República destinada ao atendimento dos direitos sociais básicos, que contemplam as políticas de educação, saúde, esporte, cultura e lazer. O tema crianças e adolescentes está a cargo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SPDCA - responsável pela coordenação nacional da Política de Proteção Especial às Crianças e aos Adolescentes em Situação de Risco Pessoal e Social, cujo atendimento não seja contemplado no âmbito de atuação das demais políticas setoriais - saúde, educação e assistência social. A Política de Proteção Especial envolve todo o sistema de garantia dos Direitos da Criança e do

Adolescente, composto pelos Conselhos de Direitos e Tutelares, Ministério Público e Judiciário. (BERGER E GRACINO, 2005, p. 173)

As autoras apresentam o avanço na organização de políticas públicas para os jovens e adolescentes, bem como, a ampliação dos serviços oferecidos melhoria nos mesmos.

Sobre os abrigos, nos dias atuais, Berguer e Gracino (2005, p. 174) os indicam que os mesmos são conceituados como:

São considerados abrigos, de acordo com Silva (2004,p.38), todas as instituições que oferecem acolhimento continuado a crianças e adolescentes desacompanhados de seus familiares, o que pressupõe regularidade nos serviços oferecidos e determina ao dirigente da instituição a equiparação legal ao guardião dos meninos e das meninas acolhidos. As entidades portanto podem ser analisadas à luz dos artigos do ECA que tratam dos abrigos. São excluídos dessa definição as instituições com exclusividade de atendimento para adultos e adolescentes com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, mais conhecidas como comunidades terapêuticas, as quais tem seu funcionamento e prestação de serviços disciplinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e não pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (SILVA, 2004,p..38. APUD, BERGUER E GRACINO, 2005, p. 174)

Desse modo, pode-se evidenciar que os abrigos prestam um trabalho de acolhimento para as crianças que se encontram em estado de desacompanhamento de seus familiares e assim a instituição passam a deter o direito legal e a guarda dos meninos e meninas por elas beneficiados. No entanto, os abrigos apesar de oferecerem os serviços básicos, de acordo com Oriente e Sousa (2005) precisam

Nos abrigos, no que concerne às necessidades básicas, como alimentação, higiene, cuidados com a saúde, entre outras, as crianças são, sim, na maioria das vezes, atendidas. Todavia, raramente o são quanto ao amparo afetivo. Para que se possa perceber o outro, é necessário que cada um saiba o que isso significa. Portanto, a visibilidade que se tem do outro depende, em parte, da visibilidade vivida pelo indivíduo. (ORIONTE e SOUSA, 2005, p. 34).

Como se observa, os abrigos no Brasil tem seu surgimento ainda no período colonial, no transcorrer histórico passou por muitas transformações e adaptações até chegar ao modelo atual, embora não se tenha bem definido até onde vai o papel do abrigo na substituição afetiva da família, é possível observar que cabe aos abrigos o papel de representante legal dos menores internos, promovendo assim o fim do

isolamento, minimizando condições degradantes vividas por esses menores na sociedade.

Nesse sentido, Torres ( 2007, p. 4) enfatiza:

O abrigo passa a ser um espaço socializador e um ambiente facilitador de aprendizagem, no qual a criança vive experiências significativas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Sendo assim, os abrigos não diferem de instituições de educação infantil, pois atendem às crianças de acordo com a legislação brasileira, na perspectiva dos direitos sociais das crianças, ou seja, reconhecendo a criança como um ser social e de direitos, educando-as para a convivência em sociedade e para exercício da cidadania, promovendo o seu desenvolvimento integral.

Convém destacar que como foi se modificando o papel dos abrigos que anteriormente tinha apenas a função de assistência, e com o passar dos anos foi se tornando um espaço de aprendizagem, sobretudo, de socialização. Assim, existem muitas crianças e adolescentes vivendo em abrigos, como dito antes, os motivos são diversos que podem ser por não possuírem vínculos familiares, ou porque tiveram os seus direitos violados, ou porque foram abandonados, ou porque são entregues aos abrigos por suas famílias por viverem em situação de pobreza, ou por terem sofrido violência e abuso sexual, o que exige um atendimento personalizado e humano.

Partindo dessa premissa, nasce, a partir da disciplina de Pré-Projeto de TCC, os anseios em pesquisar e conhecer mais a fundo o papel exercido pela instituição responsável por acolher crianças abandonadas, situada no município de Araguaína-TO. Uma vez que, a mesma visa abrigar crianças e adolescentes que, independente da situação, foram vítimas de abandono em algum momento de suas vidas.

Após esses relatos, entendendo que se tenha conseguido apresentar minimamente o tema, serão demonstrados agora o papel do pedagogo na atuação em espaços não escolares em seguida os resultados das entrevistas realizadas com a pedagoga e com os alunos e as análises das mesmas.

## 2.2 O Pedagogo e o Espaço Não Escolar

O trabalho do pedagogo não está voltado apenas para a atuação na educação escolar, espera-se que o egresso do curso de Pedagogia possa além de exercer a docência na educação infantil, desenvolver atividades de organização e desenvolvimento de programas não-escolares. Sobre o tema encontra-se na Resolução nº 1, do CNE/CP datada de 15 de maio de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, a mesma traz a seguinte afirmação:

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos; XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes. (BRASIL, 2006, p. 02,03).

Observa-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelece que o pedagogo deve está preparado, este deve participar de ações diretas e indiretas de planejamento, promoção de atividades, gestão dentro outras atividades. Deixando claro que em seu currículo formativo deve haver conteúdos que vão além do preparo para assumir uma sala de aula. Ressalta-se que tradicionalmente, a formação do pedagogo permite-lhe atuar mais que na sala de aula, entretanto, e os incisos IV, IX, XIII E XIV das Diretrizes Curriculares Nacionais demonstram claramente que se espera a atuação do pedagogo em diversos setores. No entanto, é necessário destacar a íntima ligação da formação do pedagogo com os ambientes escolares, sobre essa ligação encontra-se em Pooli e Ferreira (2017, p. 27):

A formação e a atuação do pedagogo nos ambientes educativos é que configuram a sua identidade que, como já afirmado anteriormente, não é fixa nem imutável [...] É no exercício da profissão que os pedagogos vão ajustando a sua identidade, tendo como parâmetros as formulações da legislação, as certezas da sua formação e as incertezas que a realidade vai lhes impondo.

Libâneo (1999, p. 59) o argumento de que:

Todos os educadores seriamente interessados nas ciências da educação, entre elas a Pedagogia, precisam concentrar esforços em propostas de intervenção pedagógica nas várias esferas do educativo para enfrentamento dos desafios colocados pelas novas realidades do mundo contemporâneo.

Indiretamente o autor está afirmando o grande desafio que é educar, ressalta que os educadores devem manter viva a chama da educação através de propostas que consiga dar respostas satisfatórias aos problemas vividos no ambiente educacional.

Nos dias atuais, o exercício da função docente tem se profissionalizada cada vez mais, definindo assim uma nova face para a identidade do professor, que se vê cada vez mais como um técnico, um sujeito com a função de repasse dos conteúdos curriculares, assim, sobre esse aspecto, Contreras (2002, *APUD*, MONTEIRO, MONTEIRO E AZEVEDO, 2010, p. 120) dizem:

Os processos de racionalização pelos quais passou a profissão docente limitaram o papel do professor e sua função no ensino. Os modelos tayloristas e fordistas, aplicados nas indústrias objetivando a homogeneização do trabalho com vista à redução de custos e maior produtividade, transcenderam a sua atuação e condicionaram a prática docente à posição de consumidores e não de criadores. Nessa direção, o professor viu seu papel profissional reduzido ao de um técnico, aplicador de programas e pacotes curriculares, diante do grau de detalhamento dos currículos.

No entanto, os mesmos autores tem a preocupação em separar o que é profissionalização e profissionalismo, segundo eles, enquanto no caso do primeiro termo “é concebida em função de mudanças socioeconômicas relativas ao processo de proletarização do professor, o qual teve suas funções e atribuições reduzidas a um mero reproduzidor de fórmulas preestabelecidas” (p. 120), o segundo, em uma

transcrição literal afirma que “a profissionalidade relaciona-se com a maneira pela qual o professor exerce sua função (p.120).

Observa-se que os autores chamam a atenção para a profissionalização contida nos currículos de formação do profissional da educação, por essa ótica de especialidades contidas em tais currículos o professor sairá da graduação com um bom aparato didático e técnico para o desempenho de sua função, no entanto, cabe a este, estabelecer um relacionamento amplo sobre o sentido e como vai desenvolvê-la.

Dessa citação busca-se realizar um paralelo com a discussão presente nesta pesquisa monográfica, não se trata aqui de debater os currículos de formação da atualidade, mas de chamar a atenção para a necessidade de preparar profissionais da educação para atuarem também em ambientes que exigem muito mais que sua formação técnica, requer preparo emocional, e muitas vezes intervenção afetiva como é o caso da Casa de Acolhimento em estudo.

Apresentadas essas considerações, doravante serão apresentados os resultados das observações e da pesquisa sobre o trabalho pedagógico do pedagogo na casa de apoio Ana Carolina Tenório



## 2- CAPÍTULO III - A PESQUISA

A pesquisa aqui apresentada foi realizada em uma casa de Acolhimento no município de Araguaína – TO, no primeiro semestre do ano de 2019. E buscou observar a rotina de funcionamento, as relações existentes entre os internos e com os funcionários.

### 3.1 Características da Instituição

A casa de acolhimento, na qual foi realizado o estudo é chamada de Casa de Acolhimento “Ana Carolina Tenório”, situada na cidade de Araguaína – Tocantins é mantida pela Gestão pública municipal, além de que, conta com apoio de pessoas que se solidarizam com a causa e colaboram com o funcionamento da instituição de diversas formas. De acordo com algumas informações levantadas, já foram assistidas mais de 400 crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos que viviam em situação de risco ou de vulnerabilidade social. No momento, a casa conta com 23 funcionários que trabalham atendendo 19 internos que aguardam para retornarem às suas casas ou para adoção.

Fotografia 01.



Fonte: A autora (2019)

Dentre os funcionários que trabalham na casa, há uma equipe formada por pedagogos, psicólogos, assistentes, auxiliares administrativos, motoristas, cuidadores, vigilantes, serviços gerais, cozinheiras e a coordenadora. No entanto, a casa atualmente precisa de pessoas para apadrinhamento<sup>1</sup>, ou seja, de colaboradores, pois é por meio da ajuda dessas pessoas que a casa pode oferecer as atividades como passeios, aula de inglês, natação, coral, capoeira, futebol, clubes e cinema. O site Araguaína Notícias (AN) em matéria assinada por Fernando Almeida e veiculada em 15/03/2015 dá conta que a rotina do abrigo é a mesma de uma casa normal com tarefas, direitos e deveres iguais para todos, além de frequentarem a escola regularmente.

A casa foi fundada em 26 de maio 2008, e se encontra situada à Rua das Rosas, nº 223, Setor Rodoviário em Araguaína – Tocantins. Sua criação se deu devido a necessidade de amparar crianças em situações de riscos e que tiveram seus direitos violados, ou seja pela demanda e pela carência de um local propício para assegurar o bem-estar e resguardar o direito dessas crianças e adolescentes.

A Instituição recebeu este nome em homenagem à jovem Ana Carolina Tenório Silva de Lima, que foi brutalmente assassinada por vários golpes de faca, o que ocasionou uma grande comoção na cidade e no Estado na época, sendo que a jovem tinha apenas 14 anos de idade.

Com a intenção de oferecer cuidado e acolhimento às crianças e adolescentes que foram abandonadas tanto pelas famílias e/ou pelos responsáveis a Casa Ana Caroline oferece espaços no qual as mesmas possam ser cuidadas e protegidas, porém é necessário enfatizar que a Casa é apenas uma moradia provisória até que seja viabilizado o seu retorno à família de origem ou para uma família substituta, ou em alguns casos são levados para adoção. A casa oferece um amplo espaço externo com jardins e área de lazer onde as crianças e adolescentes brincam, oferece também amplos quartos (coletivos) para o descanso, sala de leitura e biblioteca acoplada, refeitório, banheiros. Ressalta-se que mesmo com servidores trabalhando no local, todos têm suas responsabilidades em manter o ambiente limpo

---

<sup>1</sup> De acordo com informação obtida com a direção da casa, as pessoas interessadas em ajudar os acolhidos escolhem um dos menores e a partir daí contribui periodicamente com materiais escolares e roupas. É um processo que se assemelha ao apadrinhamento religioso (católico)

Fotografia 02



Fonte : a autora (2019)

Fotografia 03



Fonte: a autora (2019)

Fotografia 04



Fonte: a autora (2019)

De acordo com as informações colhidas as crianças e adolescentes que estão abrigados ficam legalmente sob a guarda de um responsável pelo abrigo, devendo seu atendimento ser acompanhado pelas autoridades competentes, com atenção especial para a garantia dos direitos que são assegurados na legislação brasileira.

No entanto é preciso destacar que o abrigo é tido apenas como uma medida mitigadora, ou seja, caráter provisório, nesse sentido prioriza o retorno da criança para a sua família de origem no menor tempo possível. Isso requer que, enquanto durar a aplicação da medida, os abrigos contribuam com os demais atores da rede de atendimento no sentido de manter os vínculos familiares das crianças / adolescentes abrigados e de apoiar as famílias a receber seus filhos de volta e a exercer de forma adequada as suas funções.

Ressalta-se que as visitas foram realizadas em datas e horários previamente acordados e que as fotos foram tiradas mediante autorização expressa da coordenadora da casa.

Sobre o contato propiciado pela visita à casa de acolhimento tem que se dizer que o mesmo aconteceu mediante a autorização expressa e acompanhamento

contínuo da coordenadora e monitores. Foi uma rica experiência ver o funcionamento da casa e o modo de vida que os internos vivem. Ao fazer a primeira visita, embora tivesse preparada psicologicamente, grande era a expectativa. O pensamento prevalecente no senso comum alimentado por cenas de filmes Hollywoodianos de que essas casas são desorganizadas, ou o contrário, elas exigiriam uma rígida disciplina comportamental, foi suprimido pela realidade, a casa funciona como uma família, onde todos tem seus direitos supridos mas também tem responsabilidades a cumprir.

### **3.2- A Pesquisa com a Educadora da Casa**

Para entender como é a atuação pedagógica do pedagogo na casa de apoio foi elaborado inicialmente um questionário com 10 perguntas, o mesmo busca informações sobre o dia-a-dia pedagógico da instituição, e foi aplicado com a pedagoga responsável pelo acompanhamento educacional na casa de acolhimento, a seguir apresentar-se-á o mesmo:

#### **Questões:**

- 1- A quantos anos existe a Casa de Acolhimento?
  - 2- Como as necessidades da Casa e dos internos são supridas?
  - 3- Como é o acolhimento e atendimento aos internos? Favor descrever como é feito por faixa etária:
  - 4 – Como acontece o processo de educação formal dos internos, e como é o acompanhamento dos mesmos? Quem são os responsáveis?
  - 5 – Que atividades voltadas para educação a Casa oferece? Quem são os responsáveis por planejá-las e executá-las? Qual o papel das Secretarias Municipal e Estadual de educação nesse processo?
  - 6 – A equipe de responsáveis pelo acompanhamento da educação dos menores é composta por quantos membros? Quais as formações dos mesmos? O número é suficiente para a demanda?
  - 7 – Quais os instrumentos pedagógicos de acompanhamento educacionais a Casa mantêm? Como é feita a escolha dos mesmos? E quem são os responsáveis pela aquisição?
  - 8 – Descreva o trabalho pedagógico desenvolvido junto aos internos pela equipe de educação da Casa:
  - 9 – Quais os fóruns, reuniões ou seminários sobre educação os responsáveis pela casa participam? Com que frequência participam? Quem oferece?
- Obs: em caso de alguma resposta negativa: responder se acha importante a participação nesses ambientes de formação.
- 10 – Para os responsáveis pelo acompanhamento pedagógico:

- A quanto tempo desenvolve a função?
- Quais as maiores dificuldades enfrenta no dia-a-dia?
- Como é o relacionamento com os internos?
- (se pedagogo) como você avalia a participação de pedagogos nesse espaço?
- Que contribuição o seu curso de graduação deu para o desempenho de sua função atual? (SILVA, 2019)

Sobre a dinâmica da aplicação do questionário e as respostas é importante apresentar que a princípio ficou decidido que na visita seria deixado o questionário e a educadora responderia e em seguida poderia ser então buscá-lo. No entanto, após conversa com a educadora a mesma optou em participar respondendo as perguntas de forma verbal para que fossem gravadas.

A resposta da questão 01, (um) foi que a casa tem onze anos, a mesma foi fundada em vinte e seis (26) de maio de dois mil e oito (2008), e como dito anteriormente homenageia uma criança vítima da violência. A adolescente de quatorze (14) anos foi brutalmente assassinada com vinte e uma (21) facadas no dia dezenove (19) de maio de dois mil e sete (2007), a polícia prendeu um suspeito, mas, nunca chegou ao culpado, de acordo com o site Araguaina Notícias o caso não teve solução, em matéria postada em vinte e um (21) de maio de Dois Mil e Doze (2012) consta que o caso após passar por oito (8) delegados, fora arquivado sem que houvesse punição para os apontados pela polícia por serem os responsáveis pelo crime.

Fotografia 05



Fonte: a autora (2019)

Fotografia 06



Fonte: a autora (2019)

Quando questionada sobre como as necessidades da Casa e dos internos são supridas? A responsável pela educação na casa respondeu que as necessidades dos menores como alimentação e funcionamento da casa, são supridas principalmente pela prefeitura municipal de Araguaína através da secretaria de assistência social, e que eventualmente recebem ajuda de comerciantes, universitários e pessoas comuns, roupas, brinquedos normalmente são doados pela comunidade. A resposta está alinhada com o que está presente no ECA (1990) que afirma

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:

I - políticas sociais básicas;

II - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências; (BRASIL, Lei nº 13.257, de 2016)

Sobre como é feito o acolhimento dos acolhidos a educadora respondeu que a equipe<sup>2</sup> é responsável pelo recebimento dos beneficiários da casa, realizando o acompanhamento psicológico da família, a casa está preparada. A casa estabelece todos os dias horários para visitas, inclusive dos pais e parentes. A casa recebe os internos por demanda judicial, acomoda-os e dependendo da idade já apresenta as regras de funcionamento, os que estão em idade escolar são encaminhados para as escolas. Os menores acolhidos têm uma rotina como se estivessem em suas casas, com horários e atividades planejados.

Ao questionar como acontece o processo de educação formal dos internos, e como é o acompanhamento dos mesmos foi respondido que os alunos ao chegarem na casa são matriculados na rede oficial de ensino, nas escolas da secretaria municipal e/ou estadual de educação, as instituições costumam atender prontamente cedendo vaga solicitada para os acolhidos. O acompanhamento, como participação em reuniões, acompanhamento pedagógico é realizado pela educadora da casa.

Quando questionados sobre quais atividades voltadas para educação a Casa oferece? Quem são os responsáveis por planejá-las e executá-las, qual o papel das Secretarias Municipal e Estadual de educação nesse processo. A responsável pela educação na casa respondeu que a casa oferta acompanhamento individual nas atividades educacionais de casa, observando e intervindo para garantir o desenvolvimento na escola, atua também em situações de matrículas e acompanhamento de reuniões. Sendo o papel da Secretaria de Educação municipal, pois, como foi explicado pela educadora, a mesma atua na secretaria de assistência social, secretaria responsável pela casa, mesmo sendo pertencente ao quadro da Secretaria de Educação. Foi informado ainda que a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-TO) também exerce papel importante, sempre priorizando vagas para os internos nas escolas e em certas circunstâncias doando uniforme. Essa situação demonstra que os poderes atuam em parceria para minimizar os problemas vividos pelos internos.

---

<sup>2</sup> A equipe que recebe os acolhidos e familiares é composta por uma pedagoga, uma assistente social, uma psicóloga e uma servidora para questões administrativas. Há também na casa profissionais responsáveis pelo acompanhamento educacional e pela alimentação e segurança do prédio.



Ao se referir à equipe técnica, a educadora afirmou que a mesma é composta por uma psicóloga, uma assistente social, uma educadora, a coordenadora da casa e uma servidora do administrativo. Apesar de haver uma equipe específica para educação, a educadora afirma que todos na casa atuam visando auxiliar na educação dos internos, vai desde o porteiro até a coordenadora.

Como instrumento pedagógico a casa dispõe de uma brinquedoteca e uma biblioteca que segundo a educadora supre as necessidades dos internos, as mesmas funcionam no mesmo espaço e foram adquiridas a partir de uma campanha realizada pelos estudantes do curso de direito do ITPAC. Há também cidadãos comuns (padrinhos e outros), e empresas que doam constantemente, a educadora afirma ainda que todo o material escolar utilizado pelos internos é adquirido pela secretaria de ação social do município, e que a mesma também atende em partes a demanda por brinquedos pedagógicos. A casa manda uma lista e envia para a secretaria de assistência social que atende mediante a existência de recursos financeiros.

A equipe participa sempre de reuniões e fóruns constantemente de capacitações sobre a atuação na casa, a periodicidade é de dois em dois meses e atende de acordo com as funções dos servidores da casa.

A educadora da casa enfatiza o lado afetivo dos internos como uma questão extra a ser superada, pois, a maioria pede para voltar para casa, por mais que tenha sido problemas em casa que os tenham trazidos para casa de acolhimento, sempre pedem pra voltar pra casa. Outro fato destacado pela educadora é que os mais velhos têm na casa como uma zona de conforto, se sente mais seguro e confortável, apesar de apresentarem em alguns casos problemas com relacionamento.

Mesmo com todo o esforço dos responsáveis pela educação na casa, a educadora apresenta um impacto preocupante, em sua maioria os internos não acompanham a fase educacional, ou seja, não estão na série correspondente à idade.

Para a educadora da casa foram feitas algumas questões mais específicas da função exercida na casa, a mesma pediu para ficar com o questionário, responder e entregar posteriormente, o que foi atendido. As respostas dizem que a educadora está nessa função há seis anos.

Sobre as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia a educadora respondeu que a casa de acolhimento diante de toda demanda e quantidade de crianças que varia entre vinte (20) até trinta (30) e duas em idades de zero (0) a dezoito anos (18), o que indica series diferentes entre a creche e o ensino médio, precisa de mais profissionais especialistas na área educacional para atender, visto que os acolhidos na sua maioria apresentam dificuldades de aprendizagem, distorções entre idade e serie dentre outros.

Sobre o relacionamento com os internos afirma a educadora que os acolhidos no geral são muito carentes de atenção e cuidados por este motivo torna-se mais fácil se aproximar um com o outro.

A pesquisa quis saber como a educadora avalia a participação de pedagogos em espaços não escolares, a resposta foi que a mesma acredita ter contribuído muito no acompanhamento pedagógico dos acolhidos, rendimento escolar, orientando os demais servidores. Sobre a importância da educação na vida das pessoas, principalmente na fase em que se encontram.

Já a respeito da contribuição que a graduação propiciou no desempenho da função atual, a educadora disse que o seu curso tem contribuído no processo pedagógico, psicológico e cotidiano.

A vivência dos acolhidos com os funcionários da casa apresenta-se boa, mas, o que interessa nessa pesquisa é o trabalho pedagógico desenvolvido. Nesse aspecto, a casa oferece um ambiente que se assemelha ao ambiente familiar convencional, com exigência/incentivo à matrícula e frequência das aulas no sistema oficial de educação. Além disso, a casa ainda realiza o acompanhamento educacional, com apoio nas atividades educacionais, resolvendo a parte burocrática, propiciando ambientes propícios ao bom rendimento educacional dos acolhidos.

### **3.3- O Trabalho Pedagógico da Casa na Visão dos Internos**

Tal qual a pesquisa realizada junto à educadora da casa de acolhimento, para entender percepção dos alunos do papel e importância do trabalho pedagógico realizado pelos responsáveis da casa, foi aplicado um questionário junto aos alunos. As perguntas escolhidas para compor o questionário visavam prioritariamente

buscar dos internos respostas diretas sobre questões relacionadas à educação. As perguntas foram às seguintes:

- 1- A quanto tempo está na casa?
- 2- Como é a convivência com os colegas? Funcionários? E outras pessoas?
- 3 - Qual a sua idade e que ano/série escolar está cursando?
- 4 Como é feito o acompanhamento educacional na escola? Quem faz? Com que frequência?
- 5 Das atividades voltadas para educação que a Casa oferece, quais você se identifica mais? Tais atividades são suficientes? Se você pudesse acrescentar mais atividades, quais seriam?
- 6 O trabalho realizado pela equipe de responsáveis pelo acompanhamento da educação dos menores tem lhe auxiliado, facilitado o aprendizado? Explique os motivos.
- 7 Descreva o trabalho pedagógico desenvolvido junto aos internos pela equipe de educação da Casa: (SILVA, 2019)

O questionário foi aplicado para três adolescentes da casa, as respostas foram transcritas tal qual respondidas pelos entrevistados. Foram obtidas as seguintes respostas:

Na primeira resposta o interno afirma está a seis meses na casa; tem ótima convivência com os outros internos, funcionários e outras pessoas; tem 15(quinze) anos e cursa o nono (9º) ano do ensino fundamental, diz que estuda na escola estadual Sancho Ferreira, das sete (07) as dezesseis (16) horas;

O mesmo afirma que acha muito bom; quanto às atividades educacionais oferecidas na casa, o aluno provavelmente confundiu a resposta, e imagina-se que ao dizer que acha bom, esteja se referindo ao acompanhamento feito pelos responsáveis da casa na escola. Diz se identificar mais com a brinquedoteca e alega faltar um computador para auxiliar nas pesquisas escolares;

Sobre como o entrevistado vê o auxílio oferecido pela casa, foi respondido que ajuda os alunos bastante quando os mesmos precisam tirar suas dúvidas; ao descrever o trabalho pedagógico o entrevistado diz que a casa tem uma equipe de apoio composta por pedagoga, equipe técnica e cuidadoras e que todos estão sempre dispostos a ajudar nas atividades e em tudo.

Por sua vez o segundo entrevistado deu as seguintes respostas: o entrevistado responde que está a cinco anos como interno na casa; diz ainda que seu relacionamento com amigos as vezes é “ruim”, mas tem relacionamento bom com funcionários e com outras pessoas; responde que tem treze anos e que estuda no colégio pré-universitário de Araguaína (CPU);

O entrevistado ao responder como é feito o acompanhamento educacional na casa, respondeu que acha muito legal, tem muitos professores bons, tem um ensino muito bom, e a escola que estuda é considerada a melhor do Estado. Ficou evidente que o entrevistado não respondeu ao que lhe foi questionado.

Sobre as atividades oferecidas pela casa, ao buscar saber qual o entrevistado se identifica mais obteve-se a seguinte resposta: muitas atividades legais, e me ajuda muito, espera que a casa disponibilize um computador para uso em atividades educacionais.

Entende que o trabalho realizado pela equipe da casa auxilia e facilita o aprendizado, sobre esse ponto o entrevistado afirmou que: eles estão ajudando muito, quando eu, e outras meninas da casa precisam.

Pediu-se que descrevessem o trabalho pedagógico na visão deles, foi informado que é um trabalho lindo, o que eles fazem, eu acho muito bom o trabalho deles eu gosto eles ajuda nós da casa e outras pessoas.

A terceira entrevistada afirma que está a três anos na casa, que tem uma ótima convivência com as internas da casa; diz ainda que com alguns funcionários a convivência também é ótima; afirma ter quinze anos e estar cursando a primeira série do ensino médio.

Sobre o acompanhamento educacional na escola, afirma que o mesmo é realizado da seguinte forma: é uma pedagoga da casa que acompanha nos trabalhos e outras atividades, é quem faz o acompanhamento “é a educadora”.

Sobre sua identificação com as atividades da casa, afirma a entrevistada que na casa tem uma sala de brinquedoteca que também oferece leitura, com livros ótimos de literatura e também não literários, também tem atividades de pintura; reconhece que o trabalho realizado pela casa auxilia no aprendizado. Descreve o trabalho pedagógico como: celebração de datas comemorativas, pintura em paletes e atividades de leitura.

Como foi possível observar, os acolhidos frequentam o sistema estadual de educação regularmente, sem deixar transparecer sua situação no acompanhamento educacional, a responsável pela educação e a casa de acolhimento. Pela pesquisa os internos têm bom relacionamento com os colegas e funcionários da casa. Achar interessante o trabalho realizado, em prol deles. Os entrevistados indicaram que

gostariam de contar com um computador na casa para ajudar nas pesquisas escolares.

### **3.4- Análise da Pesquisa**

Dando continuidade a essa pesquisa monográfica, serão apresentadas agora as análises dos dados obtidos com a aplicação do questionário, primeiro sobre a experiência desta pesquisadora em visita a casa de acolhimento, como dito anteriormente, a visita permitiu desmistificar esse ambiente, uma vez que havia uma carga de preconceito<sup>3</sup> em discutir o assunto, mas a visita contribuiu para quebrar esse paradigma. Sobre a visita ressalta-se que ao chegar na casa tive contato com a coordenação, explicando o motivo da visita e o intento em realizar a mesma, logo de início foi repassado pela coordenação as dificuldades em pesquisar esse ambiente, uma vez que alguns casos são demandas judiciais e a lei garante sigilo nos processos, foi explicado o verdadeiro objetivo da pesquisa, e após um diálogo esclarecendo os objetivos da pesquisa, foi autorizada a visita, fotos (desde que não apareça nenhuma criança ou servidor) além da entrevista.

No dia marcado, cheguei à escola e fui recebida pela educadora, expliquei o que estava fazendo e prontamente fui atendida. Durante a conversa, foi sugerido que a entrevista com a pessoa responsável pela educação na casa poderia ser gravada com aparelho celular, então foi feita a gravação de algumas respostas, a última questão foi respondida escrita no questionário, a dinâmica obedecida foi a seguinte, deixou-se o questionário com a educadora que se comprometeu em responder e devolver posteriormente, isso porque não houve tempo hábil durante a visita.

Na visita, inicialmente me foi apresentada a casa, cômodo por cômodo, em seguida o jardim e área de serviço. A casa é ampla, arejada, os espaços destinados aos alojamentos são suficientes para o atendimento aos menores acolhidos, a cozinha possui utensílios e eletrodomésticos para auxiliar no preparo dos alimentos

---

<sup>3</sup> Movida pelo senso comum, onde ainda impera o pensamento de que nessas casas (conhecidas antes por orfanato) somente funcionava como “deposito” de crianças que não tinham família. A realidade se mostrou totalmente adversa do que eu imaginava.

consumidos na casa, tem uma brinquedoteca acoplada a uma pequena biblioteca, na área externa tem um pátio descoberto e um jardim, o jardim, como foi dito pela educadora, é fruto de um trabalho coletivo, foi planejado e executado pelos internos, o trato diário também é feito pelos internos como parte das atividades. Foi apresentada também um veículo (VAN) que a casa possui para o transporte dos alunos até as unidades escolares e retorno até a casa.

Sobre as respostas evidencia-se que o questionário foi elaborado com o intuito de entender como é realizado o trabalho pedagógico na casa de apoio, mas para tanto, entretanto, algumas respostas não condiziam com o que foi perguntado, viu-se obrigado a descobrir mais sobre o funcionamento geral daquele ambiente. Entendendo que a residência de passagem funciona como um organismo onde as partes interagem para que haja uma convivência harmônica, buscou-se informações extras.

Nesse sentido destaca-se agora que a casa de acolhimento Ana Carolina Tenório tem onze (11) anos de funcionamento, foi fundada em vinte e seis (26) de maio de dois mil e oito (2008). Para atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade familiar e também demandas judiciais, a casa tem suas necessidades funcionais supridas por verbas públicas (secretaria de assistência social) do município de Araguaína- TO, que parte dos servidores pertencem ao quadro da secretaria municipal de educação.

Em uma análise ampla do que foi respondido, pode-se entender que a Casa de Acolhimento analisa cada caso, ao receber os internos visando tornar sua vida o mais próximo possível do que se entende por normal de um ambiente familiar, oferece para os casos em que se apresenta problemas, acompanhamento psicológico, inclusive para os familiares. Observou-se que não há um rompimento completo com a relação familiar, isso fica evidente por oferecerem horários diários para visitas dos familiares aos internos.

Sobre o trabalho desenvolvido específico para a educação ficou evidente que a casa não atua como uma escola, pelo contrário, o trabalho oferecido pela casa mais se parece com prática que é feito pela família com matrícula na escola da rede oficial de ensino, e acompanhamento das atividades e das reuniões escolares. Nessa fase também observou-se que cada instituição desenvolve um papel “x” na vida dos internos; a

casa acolhe, encaminha para a escola e acompanha o desempenho dos alunos internos, a Secretaria Municipal de Educação cede profissionais e materiais didático/pedagógicos, e a Secretaria Estadual de Educação recebe prontamente os alunos.

Sobre trabalho pedagógico em si, avalia-se a partir das respostas obtidas, e de tudo o que foi visto durante a visita, até mesmo das conversas informais que o trabalho pedagógico, entendido este como a disponibilização de instrumentos, técnicas e esforços para facilitar a aprendizagem, ocorre em todas as faixas etárias, desde o berçário até o ensino médio, a equipe técnica que é composta por psicóloga, pedagoga, assistente social, administrativos, motoristas e cuidadores, atuam em conjunto, e nas questões educacionais sob a supervisão da pedagoga para dirimir dúvidas, auxiliar no acompanhamento educacional dos internos, no acompanhamento de resolução das tarefas e principalmente, atuam transmitindo carinho que para muitos dos internos fora negado em seu seio familiar. Talvez por esse motivo os internos são muitos dependentes de carinho.

Todos na casa participam de capacitações periódicas para facilitar o acompanhamento dos menores, a casa dispõe ainda de instrumentos como brinquedoteca, com diversos brinquedos pedagógicos como jogos de tabuleiro, quebra cabeça e brinquedos educativos, e o material escolar é distribuído gratuitamente pela secretaria.

Apesar do esforço da equipe para acompanhar o desenvolvimento dos internos, sobretudo nas questões educacionais, há um gargalo a ser enfrentado, o número de internos, e a diversidade na faixa etária demandam uma equipe educacional específica e maior. Outro problema relatado foi a falta de computadores ligados a rede mundial de computador, como instrumento de auxílio em pesquisas escolares. Foi relatado ainda que mesmo com o aparato disponível a grande maioria dos acolhidos apresenta problemas educacionais, os principais que foram destacados foram déficit de aprendizagem e distorções entre idade e série, muitas vezes por reprovações.

A presença de uma pedagoga atuando diretamente na casa, propondo soluções para dirimir problemas educacionais dos internos é de fundamental importância, pois, o conhecimento adquirido na graduação tem contribuído e

facilitado na difícil missão de acompanhar crianças e adolescentes que de um momento para outro veem sua vida mudar de ponta a cabeça.

Destaca-se a fala da educadora, por estar a seis anos no exercício da função a mesma já adquiriu experiências que acumuladas permitem um bom desempenho das atividades educacionais e convivência com os outros membros da equipe, observa-se também que o trabalho pedagógico desenvolvido pela casa contribui para minimizar os problemas na vida dessas crianças.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa às vezes conduz o pesquisador por caminhos inusitados, e chega-se a resultados inesperados. Ao pesquisar sobre a casa de apoio Ana Carolina Tenório, foi possível observar que pode-se facilmente perder o foco, e inebriar-se com realidades diferentes do que se propunha, no entanto, cabe ao pesquisador manter seu foco, e mesmo diante de situações tão distintas levar sua pesquisa adiante. No caso dessa monografia, além do objetivo proposto, e trouxe consigo uma condição até então não estudada.

O trabalho pedagógico desenvolvido na casa de apoio é antes de tudo um trabalho de acalento, de doação de sentimentos, de resgate de vidas, de impulsionar sonhos, de garantir a existência e dignidade mesmo em momentos na qual a vida insiste em provar o contrário. Não é difícil confundir-se com o trabalho realizado na casa com o de uma amorosa família.

No que tange ao trabalho pedagógico de acompanhamento educacional e instrumentos utilizados, observa-se um profundo esforço da equipe em propiciar aos internos um convívio que não interfira negativamente no processo de ensino aprendizagem. Há também a presença de alguns instrumentos como biblioteca e brinquedoteca para contribuir com esse processo, no entanto ainda há muito a ser feito, como por exemplo instalar equipamentos de informática e aumentar a equipe de profissionais que atendem os internos.

Em linhas gerais, a experiência de pesquisar uma casa de acolhimento foi válida e proveitosa para a minha formação pessoal, por ser um tema alheio ao meu convívio social, o contato com essa realidade propiciou uma desnaturalização da realidade destas casas. Este tema é importante e de necessária discussão nas graduações, principalmente no curso de pedagogia. Como fora relatado pela educadora da casa, o curso lhe propiciou conhecimentos específicos capazes de auxiliar na proposição de soluções, no enfrentamento dos problemas e no convívio com os internos e outros profissionais da equipe interdisciplinar.

Desta forma, buscar informações sobre casas de acolhimento, e outros espaços não educacionais onde o pedagogo possa desenvolver seu trabalho profissional é uma necessidade gritante. Conhecer esses ambientes é abrir campo de trabalho, é poder contribuir com a sociedade, é sem sombra de dúvidas uma

oportunidade de lançar um olhar do pedagogo nas questões e nos problemas da sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERGER, Maria Virgínia Bernardi. GRACINO, Eliza Ribas. **ASPECTOS HISTÓRICOS E EDUCACIONAIS DOS ABRIGOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A FORMAÇÃO DO EDUCADOR E O ACOMPANHAMENTO DOS ABRIGADOS.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.18, p. 170 - 185, jun. 2005 - ISSN: 1676-2584. Disponível em [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5324/art17\\_18.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5324/art17_18.pdf) visto em 5 de março de 2019

ALHEIT , Peter. DAUSIEN Bettina. **Processo de formação e aprendizagens ao longo da vida. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.1, p. 177-197, jan./abr. 2006

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, 1988.

\_\_\_\_\_, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n 9394 de 20 de dezembro de 1996, Brasília.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 8.069 Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), disponível em:[https://brasil.mylex.net/legislacao/estatuto-crianca-adolescente-eca-art53\\_67214.html](https://brasil.mylex.net/legislacao/estatuto-crianca-adolescente-eca-art53_67214.html), acesso 21.01.2019.

FONSECA, Renato Luiz da Silva. KELLY, Roberta Ecleide de Oliveira Gomes. **Acolhimento Institucional: dos caminhos da história ao relato de experiência de atendimento de crianças e adolescentes na construção e perspectiva da autonomia** Disponível: <http://acolhimentoemrede.org.br/site/wp-content/uploads/2016/08/ArtigoRenato.pdf> acesso em 21.01.19.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas, GONDIM, Sônia Maria Guedes. **DA FALA DO OUTRO AO TEXTO NEGOCIADO: DISCUSSÕES SOBRE A ENTREVISTA NA PESQUISA QUALITATIVA** . Paidéia, 2004, 14 (28), 139 -152. Disponível no site <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>, visto em 20 de março de 2019)

[http:// www. Araguaína.to.gov.br/portal/paginas](http://www.Araguaína.to.gov.br/portal/paginas). Acesso: 12/02/2019.

<https://portal.fgv.br/noticias/pobreza-e-desigualdade-aumentaram-ultimos-4-anos-brasil-revela-estudo> visto em 18 de fevereiro de 2019.

JUNIOR, José Custódio Da Silva. **Evolução dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol 13, pp. 61-74. Janeiro de 2017 ISSN:2448-0959

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?.**-2.ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

MONTEIRO, Marco Aurélio Alvarenga. MONTEIRO, Isabel Cristina de Castro. AZEVEDO, Tânia Cristina Arantes Macedo de. **VISÕES DE AUTONOMIA DO PROFESSOR E SUA INFLUÊNCIA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**. Rev. Ensaio | Belo Horizonte | v.12 | n.03 | p.117-130 | set-dez | 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epec/v12n3/1983-2117-epec-12-03-00117.pdf>, acesso em 25 de março de 2019.

NASCIMENTO, Adriana Preti. **O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS INFANTOJUVENIS NO BRASIL** disponível em <https://portal.metodista.br/gestaodecidades/publicacoes/artigos/sippi-2010-2/O%20ESTATUTO%20DA%20CRIANCA%20E%20DO%20ADOLESCENTE%20COMO%20INSTRUMENTO%20DE%20EFETIVACaO%20DOS%20DIREITOS%20INFANTO.pdf> acesso em 25 de março de 2019.

ORIONTE, Ivana. SOUSA, Sônia Margarida Gomes. **O significado do abandono para crianças institucionalizadas**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 29-46, jun. 2005.

POOLI., João Paulo. FERREIRA Valéria Milena Rohrich. **Pedagogos construindo suas identidades: entre adstrição e escolhas** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1, p. 19-37, jun. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe.1/0104-4060-er-01-00019.pdf>. acesso em 25 de janeiro de 2019.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento** / Antonio Raimundo dos Santos. – 7. Ed. revisada conforme NBR 147242005. – Rio de Janeiro, 2007.

TORRES, Diana de Farias. **A educação de crianças residentes em abrigos**. ISSN (1981-2183) • ano 2015 • edição 15 •v. 1• São Paulo | REVISTA INTERAÇÃO

VECTORE, Célia. CARVALHO, Cíntia. **Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) • Volume 12 Número 2 Julho/Dezembro de 2008 • 441-449. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v12n2/v12n2a15.pdf> visto em: 04 de março de 2019.